

Crescimento econômico? Só regredimos.

"O Brasil está afundando. Lentamente, como convém a um grande gigante ferido", afirmou ontem em São Paulo o economista Paulo Guedes, vice-presidente do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em seminário sobre política econômica que coordenou ao lado dos professores João Luiz Mascolo, Francisco de Assis Moura de Mello e Thomas Lehwing.

Guedes mostrou que a redução do crescimento econômico brasileiro é progressiva, saindo dos 7% anuais que constituíam a taxa histórica e decrescendo para 5% nos últimos 20 anos e para 3% na última década. Este ano, o País terá um crescimento da ordem de 3% e o ritmo será bem menor em 1988, previu. Numa comparação histórica para evidenciar a diferença entre o momento atual e a situação de duas décadas atrás, recordou que em 1964 a recessão era medida pelos resultados de Campos e Bulhões no Planejamento e Fazenda: evolução positiva de 2,7% no produto industrial. Hoje, adverte, a recessão é medida por um decréscimo de 3,5% na indústria. O mesmo raciocínio vale para a euforia: ela produziu, no início da década passada, crescimentos do PIB de 14% ao ano, mas agora euforia corresponde a um crescimento de 8% ao ano, como ocorreu em 1985 e 1986, gerando os desequilíbrios que se apresentam dramaticamente neste momento.

O vice-presidente do IBMEC criticou severamente o aumento da carga tributária pretendido pela Fazenda, enfatizando que "isto corresponde a dar bala para um modelo falido". Esse modelo, explica, baseia-se na concentração de poderes e recursos no governo federal — ao contrário da descentralização que promoveria um aumento da importância de Estados e municípios cujos executivos dispõem hoje de muito mais legitimidade, na medida dos milhões de votos que receberam.

Sem estratégia

"O País não tem uma estratégia. Não tem um programa para romper com o passado. A abertura política ainda não frutificou", disse Guedes, que propõe uma mudança profunda no País a partir de alguns elementos básicos de ação governamental: 1) corte dramático dos gastos públicos; 2) demissão de pessoal; 3) supressão de autarquias que são "focos de negócios escusos"; 4) eliminação de subsídios e incentivos; 5) paralisação de investimentos (como a Norte-Sul e Angra II e III); 6) vigoroso programa de privatização; 7) definição de um Banco Central independente (o presidente não pode ser indicado pelo ministro da Fazenda nem ter mandato coincidente mas de longo prazo, por exemplo oito anos); 8) maior abertura para o capital estrangeiro; 9) regime de câmbio livre depois de obtida moeda estável com o BC de fato independente; 10) renegociação da dívida externa.

Como amortecedores sociais, Guedes propõe ativa política de exportações (o superávit evitou maior recessão este semestre, afirmou), maiores gastos por Estados e municípios com os recursos não entregues às estatais fechadas, habitação popular para as faixas de elevada carência e descentralização.